



XV Congresso Brasileiro de História
Econômica & 16a Conferência
Internacional de História de Empresas
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA

BRASIL E AMÉRICA NO SÉCULO XIX

Trabalhadores livres e fazendeiros: relações de troca e subserviência na cultura cafeeira paulista

Free workers and farmers: exchange relations and subservice in coffee culture of São Paulo

Thiago de Novaes França; Unesp Araraquara; tnovaes76@gmail.com

RESUMO: Este artigo apresenta as relações de troca e subserviência entre os grandes empresários do café e os trabalhadores livres na província de São Paulo do século XIX. Sob a perspectiva da historiografia mais moderna sobre o tema, apresenta-se neste trabalho as alternativas encontradas por estes trabalhadores para ascenderem socialmente no ambiente agroexportador, prosperando por meio do trabalho. Fundamentamo-nos em autores como Hebe Castro, Iracy da Costa e Thomas Holloway, para contrapor alguns conceitos da literatura mais clássica, sobretudo naquilo que diz respeito ao alijamento completo deste trabalhador dentro do sistema de *plantation*. À luz das pesquisas destes autores, evidenciamos que alternativas de crescimento existiam, mesmo que diminutas. Tanto quanto, como os trabalhadores livres não eram absolutos excluídos no suposto binômio colonial proposto por Caio Prado Jr. Os argumentos colocados aqui nos direcionam para relações de trabalho bem amplas e complexas dentro do sistema agroexportador. Assim como também, apontam para um sistema multifacetado, que de nenhuma forma pode ser classificado como binomial. O trabalhador livre era um elemento muitas vezes malvisto e prejudicado, mas é impensável concluir que isto os arrebatou do sistema colonial.

PALAVRAS-CHAVE: Mão-de-obra livre. Escravos. Agroexportação. trabalho

ABSTRACT: This article presents the relations of exchange and subservience between the great coffee entrepreneurs and free workers in the province of São Paulo in the 19th century. From the perspective of the most modern historiography on the subject, this work presents the alternatives found by these workers to socially ascend in the agro-export environment, prospering through work. We base ourselves on authors such as Hebe Castro, Iracy da Costa and Thomas Holloway, to oppose some concepts from more classical literature, especially in what concerns the complete jettisoning of this worker within the plantation system. In light of these authors' research, we show that growth alternatives have emerged, even if they are small; as well as, free workers were not absolute excluded in the supposed colonial binomial proposed by Caio Prado Jr. The arguments presented here direct us to very broad and complex labor relations within the agro-export system. As much as, they point to a multifaceted system, which in no way can be classified as binomial. The free worker was an element often frowned upon and prejudiced, but it is unthinkable to conclude that this snatched them from the colonial system.

KEYWORDS: Free labor. Slaves. Agro-export. job



INTRODUÇÃO

Trabalhadores livres do meio escravocrata eram antes de tudo pessoas pobres e acostumadas a muitos preconceitos. Eram malvistas, taxados de preguiçosos e lenientes, não apenas com o trabalho, mas igualmente com suas próprias vidas. Entretanto, numa conjuntura de transição da mão-de-obra escrava para livre, enquadrá-los como trabalhadores residuais não será o enfoque deste artigo.

Conforme Castro (1987), “É totalmente absurdo pensar-se numa mão-de-obra livre nacional marginalizada do processo de transição do trabalho escravo para o livre no Nordeste”¹.

Associado a isto, a própria autora ressalta a desconexão entre as estruturas agrárias escravistas de altos e baixos rendimentos. Salientando que naquelas enquadradas como de baixo rendimento, onde o “*optimum biológico*” do café estava longe da produtividade das terras mais altas, a mão-de-obra livre existente prosperou na forma de pequenos sitiantes; possuindo estes, inclusive, algum cabedal de escravos. Realidade verificada com mais robustez após a execução da Lei de Terras de 1850.

Sob a ótica deste cenário, aqui não se propõe fazer uma análise sob a perspectiva de autores clássicos como: Celso Furtado, Caio Prado Jr ou Maria Sylvania de Carvalho Franco,² dado que os estudos historiográficos mais recentes repercutem uma realidade distinta daquelas propostas por tais autores. Diversamente do conceito de atividade residual³ como a única forma de ofício destinado ao trabalhador livre, autores como Hebe Castro e Iraci da Costa salientam que não apenas as atividades do trabalhador livre eram muitas vezes perenes, como também não podiam ser enquadradas como residuais. Assim, enquadrá-los em categorias distintas, muitas vezes acarreta em desvio de realidade.

De toda forma, o ponto em comum entre os autores, independentemente dos pontos de vista, se encaixa justamente onde ambos concordam que o trabalhador livre era bastante discriminado, malvisto e considerado pouco propenso à atividade laboriosa. Com a diferença que no caso de Iracy da Costa e Hebe Castro, ambos ressaltam que tal discriminação não impediu a utilização desta mão-de-obra, inclusive de maneira regular no sistema agroexportador. Pelo contrário, não considerar sua utilização era algo incabível no âmbito imperial, sobretudo para os pequenos fazendeiros e sitiantes, incapazes de repor seu cabedal escravo regularmente.

¹ Hebe Castro faz uma análise da transição da mão-de-obra na região de Capivari (atual Silva Jardim), próxima ao Vale do Paraíba, estado do Rio de Janeiro.

² Conforme estes autores, o homem livre poderia ser classificado em Agregado, Camarada ou Posseiro, a depender de suas atividades ou da posse de terras.

³ O conceito de atividade residual foi proposto por Maria Sylvania de Carvalho Franco. Atividade que restava, sem conexão com a *Plantation*.



À luz desta discussão, o âmago deste artigo será uma análise das relações de dependência entre trabalhadores livres e fazendeiros, que não apenas era natural, como também sedimentava, no seu dia a dia, a formação das famílias e instituições brasileiras. Eram relações eram muito específicas, por vezes muito próximas, mas que escondiam uma conexão de subserviência entre eles. Se por um lado, fazendeiros enxergavam nos trabalhadores livres uma leva de desocupados sem muita afeição à atividade pelegadora, por outro, alguns membros dessa classe conseguiram, em várias oportunidades, tirar proveito desta conjuntura e superar as dificuldades impostas, tornando-se pessoas abastadas e ascendendo efetivamente às classes mais privilegiadas da sociedade. Por sinal, seu grande anseio.

Independentemente das visões com relação à situação do trabalhador livre no seu convívio profissional, a relação deste elemento com a elite fundiária foi fortemente marcada pela constante busca de ascensão social. Desta relação emergiu uma antítese de preconceito, subserviência e concessão, que moldaria os relacionamentos familiares, as composições políticas e as instituições públicas brasileiras por várias décadas.

Feitas as colocações introdutórias; durante o desenvolvimento deste trabalho focaremos exatamente as relações estabelecidas entre alguns trabalhadores livres e proprietários de terra, mormente os donos de estruturas agrárias agroexportadoras, que ocupavam as terras mais altas e, portanto, mais produtivas do estado de São Paulo, onde trabalhadores livres tinham mais dificuldade de inserção social, dependendo mais da sua astúcia e do bom senso de negócio para prosperarem.

O TRABALHADOR LIVRE EM SEU MEIO: RELAÇÕES DE TRABALHO E CONVIVÊNCIA.

É no contexto do início do século XIX que encaixaremos nossa análise da vida do trabalhador livre. As possibilidades que se abriram para alguns deles no transcorrer do século, seus anseios em ascenderem socialmente, além da busca incessante por dignidade, foram os obstáculos a serem sobrepujados em um sistema que não fora exatamente concebido para sua existência. Tais obstáculos, entretanto, não impediram que estes homens se inserissem no sistema produtivo, ou ainda, que alguns poucos ascendessem na vida social.

Ainda no início do século XIX, as oportunidades de inserção na vida econômica como o mutirão eram uma forma de provimento mínimo das necessidades vitais destes grupos. Contudo, não deixavam de ser mais uma forma constituída de exclusão, na medida em que a união diminuía o custo do serviço, ao mesmo tempo que fazia crescer a mais valia extraída do trabalho. A par disso, deve-se considerar que o parco desenvolvimento de técnicas de plantio e a rústica tecnologia produtiva da época não deixavam de ser um



fator agregador das sociedades caipiras. A uniformidade de habilidades destas pessoas tornava possível a sua atividade, pois estavam envoltos na mesma falta de cultura e nas mesmas condições limítrofes da vida natural.

Por outro lado, o modo colonial de exploração econômica e a falta de cultura eram fatores causadores de dificuldades do homem caipira. Para além desses fatores, as legislações vigentes também não os ajudaram. As leis trabalhistas de 1830, 1837 e 1879⁴, propostas no decorrer do século XIX, não os incentivaram na busca pelo emprego nas fazendas, sobretudo nos complexos agroexportadores. Ao contrário, sempre voltadas ao mercado externo de mão-de-obra, tais leis pouco se atentaram para o aproveitamento da mão-de-obra livre abundante no país.

Adicionalmente, a questão da constante mobilidade deste trabalhador culminava na falta de dois elementos tidos como fundamentais pelos senhores das fazendas, quais sejam: enraizamento com a terra e princípios básicos de relacionamento profissional, como hierarquia e disciplina, tão necessários a qualquer atividade profissional e que eram frequentemente mencionadas pelos fazendeiros quando se queixavam do comportamento desidioso e rebelde do homem livre.

Foi nesse contexto que nasceu o “preguiçoso” caipira, que esteve colocado na feliz contingência de uma quase “desnecessidade de trabalhar”, com a organização social e a cultura se amoldando no sentido de garantir-lhe uma larga margem de lazer, mas que sofreu, simultaneamente, a miserável situação de poder produzir apenas o estritamente necessário para garantir uma sobrevivência pautada em mínimos vitais”. (FRANCO, 1997, P. 35)

De certa forma indiferentes ao julgamento alheio, o trabalhador livre sempre procurou o trabalho na terra. Seja em pequenas propriedades como sítiantes, seja nas grandes fazendas oferecendo seus serviços. Não eram de fato bem-vistos; todavia, nem por isso sua mão-de-obra era recusada pelos pequenos e grandes proprietários, que muitas vezes os solicitavam para empreitadas diárias ou mesmo perenes nas suas propriedades. (COSTA, 1992)

Autores como Thomas Holloway e Iraci Del Nero da Costa, ressaltam que este homem muitas vezes possuía terras e escravos dentro do sistema colonial, mesmo que em proporções diminutas em relação aos empresários do café, posto que dinheiro ou mercadorias suficientemente valiosas para aquisição de negros estavam longe do alcance deste homem (COSTA, 1992).

⁴ Para um maior entendimento sobre as leis trabalhistas propostas no período imperial, ver: FRANCA. T.N, 2007



Entretanto, a ocupação de terras pelo interior paulista sempre foi muito desorganizada e com nenhuma política fundiária. Assim sendo, as ocupações das terras devolutas pertencentes ao Império ou mesmo aquelas privadas, mas sem ocupação, eram extremamente comuns, o que fez com que muitos desses homens livres e pobres se tornassem gratuitamente donos de pequenos sítios e propriedades. (HOLLOWAY, 1984). Esta ocupação resultou naquilo que parte dos historiadores passou a denominar como “agregado”. Em outras palavras, um homem livre que passou a ocupar terras vagas e sem donos, muitas vezes vizinhas ou muito próximas ao complexo agroexportador, cumprindo o papel de secundário da subsistência ou, em alguns casos, de abastecedor do mercado interno.

Mas não eram apenas de trabalhos nas propriedades alheias ou nas suas próprias que viviam os trabalhadores livres no século XIX. Existiam outras alternativas, particularmente nas atividades comerciais, que proporcionavam meio de vida digno à esta camada da sociedade, sem que tivessem que recorrer necessariamente à vida agrária ou a atividades ilícitas para isso.

Era muito comum a relação entre fazendeiros e comerciantes no século XIX. Encontrava-se desde indivíduos que comercializavam muares vagando léguas entre as regiões cafeeicultoras, vendendo suas mulas para o transporte dos produtos das fazendas até os portos, passando por aqueles que tinham pequenas vendas à beira das trilhas, negociando gêneros alimentícios com os viajantes, tais como: farinha, carne, frutas silvestres, etc.; chegando, por fim, aos que já tinham se estabelecido nas vilas, bairros ou cidades próximas com pequenas lojas e botecos.

Abaixo, segue uma tabela em que o professor Jacó Gorender nos apresenta o volume de trabalhadores livres na Capitania de São Paulo, ressaltando sua enorme evolução em curto período, de aproximadamente 60 anos. Nota-se, que o número de agregados⁵, embora em percentuais bem menores que os demais, já representava em torno de 12% do total de trabalhadores livre capitania.

⁵ Para Jacó Gorender, agregados eram homens possuidores de terras.



Tabela 1 – Trabalhadores Livres na estrutura da População Livre da Capitania de São Paulo

Anos	População Livre Total	Agregados	B/A
	A	B	%
1765	45.440	2.720	5,9
1818	132.911	16.841	12,6
1828	148.820	18.156	12,2

Fonte: Gorender, 2001, P. 293

Notas: Os dados excluem o município de São Paulo capital, e inclui o Estado do Paraná, então pertencente à capitania, depois província de São Paulo.

A par disso, ratificamos a perspectiva do professor Iraci da Costa, em que a relação de dependência laboral dos chamados agregados em relação aos grandes proprietários é altamente complexa para uma mensuração exata, optando o autor em classificá-los em proprietários e não-proprietários de escravos, diferentemente do proposto por Gorender.

Ressalta Costa (1992), que as atividades desenvolvidas pelos Agregados eram muito diversificadas, indo muito além da simples agricultura rústica de subsistência. De acordo com o autor, a condição de eventuais proprietários de escravos ou mesmo de pequenas propriedades, fazia deste homem livre um comerciante do pequeno excedente produzido por ele.

[...] com respeito aos agregados, [...] foram eles integrados, juntamente com seus dependentes, em um ou dois grandes grupos correspondentes aos proprietários e não-proprietários de escravos. (COSTA, 1992, P. 19)

Por fim, a diferenciação entre os chamados agregados e aqueles classificados como posseiros também vale uma reflexão. Segundo Holloway (1984), posseiros eram trabalhadores sem grandes pretensões, que igualmente não detinham títulos de terra. Ocupavam áreas geralmente inferiores que os sitiantes ou agregados, produzindo essencialmente para subsistência.



A ASCENÇÃO DO TRABALHADOR LIVRE: RELAÇÕES DE TROCA E SUBSERVIÊNCIA.

Muitas eram as formas de dependência dessas classes sociais emergentes do sistema colonial. Naturalmente, que tal dependência estava em maior ou menor grau atrelada diretamente ao encaixe de cada uma no contexto econômico da ocasião. Entretanto, é inegável que todas as classes tinham alguma forma de adulação em relação ao empresário das fazendas e, curiosamente, mesmo aquela que gozava da relação mais parelha, no caso o sitiante, contraía débitos morais constantes com a elite dominante.

A relação de dependência do homem livre para com os fazendeiros é muito complexa de ser mensurada pela variedade de situações em que os homens livres se punham em situações semelhantes. Sendo assim, a exposição de alguns exemplos de exploração destes homens se faz necessário para ilustrarmos um pouco do que pensavam os homens livres no seu desejo de ascenderem socialmente através da consideração do fazendeiro.

O homem livre, sobretudo aquele não detentor de terras, poderia se empregar nas fazendas em diversas funções, até mesmo no cultivo do café, função essa geralmente reservada aos escravos. Assim como também amansava gado, colhia café, desmatava, transportava mercadorias, além de outras tarefas menores. Muitas vezes seu pagamento nada passava de um lugar para morar e alguns alqueires para plantar, eventualmente ganhando algum dinheiro pela execução destes serviços. Importante lembrar que não havia vínculo algum do ponto de vista trabalhista nesta relação, o que não os impedia de também realizarem tarefas pagas nas fazendas vizinhas.

Entretanto, não estava apenas no mundo lícito a relação de trabalho deste homem para com o fazendeiro. Podendo também margear o submundo, quando muitas vezes era requisitado para acertos de conta com desafetos do fazendeiro. Tal situação era bem comum naquele período, não dificilmente seus próprios escravos também eram compelidos a executarem tais tarefas, auxiliando o capanga contratado nas emboscadas. Sendo certo que no caso de uma eventual investigação realizada pela comarca próxima, o fazendeiro não se proporia a proteger o capataz, sobretudo se tivesse que optar entre ele e o escravo, este considerado um ativo da fazenda.

Em troca do trato de terra e da proteção que lhes dava o proprietário, os agregados deviam a este a contraprestação de serviços não-econômicos. Constituíam um corpo de clientes políticos – “eleitores de cabresto” – e serviam como guardiães da propriedade. Nisto consistia, por sinal, o principal serviço que o agregado costumava prestar: o de vigilância e defesa da propriedade do senhor que o acolhera. (GORENDER, 2001, P. 291)



Com relação ao homem livre comerciante⁶ a situação era estruturalmente diferente. Normalmente eram pequenos comerciantes, que muitas vezes dependiam da boa-vontade dos fazendeiros para desenvolverem suas atividades econômicas nos limites das terras. Eram muitas vezes tropeiros que levavam suas mulas por centenas de quilômetros até o porto; e que de tempos em tempos necessitavam estacionar em pontos estratégicos para venderem seus produtos diversos nas fazendas próximas (muares, alimentos, roupas, etc.). Era aí que se estreitavam as relações com os donos das fazendas. Ao solicitarem para ficarem por algum tempo nas fazendas, os tropeiros se sujeitavam a prestar alguns favores aos fazendeiros, tais como: abrir lavouras novas, auxiliarem na plantação, servirem de capatazes, ensinarem os funcionários das fazendas a domarem animais rebeldes, etc.. . A benesse por parte do fazendeiro estava em deixá-los se estabelecer dentro dos seus limites, venderem seus produtos e erguerem suas taperas onde moravam e faziam pequenas roças de subsistência.

⁶ Estes homens livres que praticavam o comércio, essencialmente nas fazendas, eram denominados por Maria Sylvania de Carvalho Franco como “camaradas”.



O Sitante

Diferentemente dos casos tratados acima, o sitiante⁷ nutria uma relação um pouco distinta com o fazendeiro. Sua própria condição de detentor do meio de produção fazia deste indivíduo alguém mais respeitado. Segundo FRANCO (1997), a relação entre sitiantes e fazendeiros era movida, de um lado pela notória subserviência, e, por outro, de um sentimento de respeito mútuo, oriundo muito provavelmente da própria condição do sitiante como proprietário de terras.

A situação em que se encontrava o sitiante conduzia o fazendeiro ao raciocínio de equiparação de nível social. Mesmo consciente de que sua condição socioeconômica era imensamente superior, não havia o preconceito por parte do senhor de terras. De acordo com o raciocínio dos fazendeiros, estes sitiantes não eram desiduosos como o restante, trabalhavam e tinham bons princípios familiares.

Deste raciocínio surgiu o “compadrio”, relação *sui generis* no sistema colonial, e presente quase que somente entre cidadãos tidos de classes sociais equivalentes. Os bons costumes familiares eram bem-vistos nas classes abastadas e os sitiantes muitas vezes, pelos bons olhos do fazendeiro com relação à sua atividade, estreitavam profundamente sua relação com este, a ponto do fazendeiro, em muitas oportunidades, decidir tomar um dos filhos do sitiante como seu afilhado religioso. Este parentesco tinha um cunho de forte sentimento de responsabilidade com o futuro da criança, sobretudo para encaminhá-la na vida profissional e pessoal.

Para se ter uma ideia da importância de tomar uma criança como afilhada, surgiu daí a expressão “afilhado político”. O vocábulo emergiu justamente desta interação, em que afilhados dos fazendeiros eram encaminhados por estes para ocuparem cargos públicos e administrativos nas cidades; ou mesmo, colocados em cargos policiais ou judiciais, tornando-se assim grandes cabos eleitorais e acobertadores de atividades ilícitas dos seus padrinhos. FRANCO (1997)

Analisando por outro ângulo, esta proximidade auferida entre o sitiante e o fazendeiro era estratégica, na medida em que o sitiante dificilmente conseguiria tal ascensão social senão pelas benesses do senhor da fazenda. Aliás, como visto, esta ascensão poderia se refletir nos seus filhos e não necessariamente nele próprio.

Ao ver a possibilidade de seus filhos ocuparem bons cargos administrativos nas cidades, ou mesmo oferecerem suas filhas para se casarem com filhos destes fazendeiros, este sitiante já enxergava o horizonte que buscara durante a vida, neste caso, projetado diretamente nas figuras de seus filhos. E é exatamente aí que se encontrava a subserviência do sitiante. Na medida em que não se importava em dar abrigo a

⁷ O Sitante também era considerado pelos autores clássicos como agregados.



eventuais ilicitudes praticadas pelos donos das fazendas, se isto resultasse em ascensão social e bom conceito das elites para com sua família.

A cadeia de relacionamentos dos fazendeiros se tornou algo tão sólido que os reflexos foram vistos durante várias décadas. A legião de correligionários políticos dos fazendeiros nas cidades próximas tornou-se algo difícil de ser rompido, pois se estabeleceu como algo institucionalizado e enraizado na própria cultura dos povoados interioranos.

Admitida a afirmação consciente de “igualdade” e seu fundamento objetivo, nunca será demais insistir no outro termo da síntese, isto é, o princípio de dominação. Este será agora visto à luz da assistência econômica prestada pelo fazendeiro ao sitiante e da retribuição deste com a filiação política. (FRANCO, 1969, P. 86)

Tropeiros e Vendeiros

Doravante, voltaremos nossa atenção aos tropeiros e vendeiros, as classes de trabalhadores que quicá tenham atingido os maiores índices de desenvolvimento e crescimento profissional na condição de trabalhadores livres da colônia. Tornando-se as mais bem sucedidas classes dentro do século XIX, à exceção dos fazendeiros, sitiantes e burocratas do sistema administrativo das cidades.

Os tropeiros eram trabalhadores incansáveis, em geral com boas noções de negócio e que em meio à adversidade, muitas vezes recorreram à astúcia de homens vividos para alcançarem seus objetivos. Mesmo que eventualmente esta astúcia se convertesse em malandragem e ilícitos, realizados na busca de conferir-lhes os melhores negócios. Eram os trabalhadores encarregados de realizar o transporte da matéria-prima, no caso o café e demais gêneros alimentícios comercializados das fazendas, até os portos. Ou seja, dependia muitas vezes deles os lucros auferidos pelos fazendeiros. Este trajeto era geralmente muito longo e perigoso e o tropeiro dependia muito do seu conhecimento de rotas para antecipar as mercadorias nos portos, como também para não serem assaltados no caminho.

Havia também alguns tropeiros que se dedicavam exclusivamente à venda de muares para as fazendas, dado que certos fazendeiros preferiam enviar seus escravos acompanhados de funcionários, para realização das entregas. Assim sendo, esta era mais uma fonte de lucro dos tropeiros, a venda de mulas, fazenda a fazenda, para abastecer as tropas dos fazendeiros.



De simples vendedores de mulas, passaram à condição de transportadores de mercadoria e em alguns casos se tornaram importantes atravessadores de café. Este crescimento se deu, em parte, como decorrência direta das atitudes do próprio fazendeiro, que se colocava em situação altamente acomodada dentro de um sistema, que em seu cerne funcionava para ele.

A falta de concorrência dentro do sistema agroexportador levava o fazendeiro ao pensamento minimalista de fazer apenas o essencial para terem uma vida razoavelmente confortável. Sob esta ótica que certos tropeiros passaram a ditar os preços de transporte para determinadas regiões, sobretudo aqueles mercedores de maior confiança por parte dos fazendeiros.

Se colocando como garantia de segurança e rapidez nas entregas, estes tropeiros passaram a cobrar preços cada vez mais altos para realizarem os transportes, assim como também se valiam de todo tipo de argumento para convencerem os fazendeiros a pagar-lhes os preços solicitados, dentre tais argumentos: trajetos infestados de ladrões, cortes de caminho (que supostamente conheciam) para entrega mais rápida das mercadorias em Santos, a própria conservação da mercadoria, que em boa parte se perdia no trajeto em lombo de mula, entre outras argumentações menos relevantes. Com o advento das linhas férreas para o oeste paulista, imaginava-se que sua atividade teria uma queda natural dada a modernidade do transporte. Em parte, isto ocorreu com aqueles que não tinham capital suficiente para comprar mercadorias diretamente dos fazendeiros. Por outro lado, aqueles que já dispunham de tal volume de dinheiro passaram a atuar como atravessadores de café. Estes profissionais compravam a mercadoria dos fazendeiros, embarcavam-nas nos trens e nos portos e as revendiam para os comerciantes estrangeiros.

Esta tarefa era minuciosamente feita, desde a escolha dos grãos nas fazendas até o acordo com os negociantes estrangeiros para que estes só fizessem negócio com eles. Com isso, os antigos tropeiros e atuais atravessadores pagavam os preços que queriam pelo café, pois sabiam que os fazendeiros, por conta própria, teriam dificuldades enormes para escoarem suas produções. Em meio a este ciclo, alguns atravessadores passaram a ter enormes créditos com alguns fazendeiros, forçando-os a venderem seus produtos abaixo do custo de produção, dado o volume de dinheiro devido a eles.

Os débitos eram sistematicamente descontados na forma de sacas de café. Com isso, cada vez mais os fazendeiros vendiam menos, e, portanto, a pedir mais empréstimos para pagar as dívidas. Diante disso, alguns deles acabavam por comprometer suas produções inteiramente antes mesmo de vendê-las, tendo como única alternativa restante passarem suas fazendas para as mãos dos atravessadores.

Contudo, não apenas da classe de tropeiros surgiram os atravessadores. Antigos vendeiros também conseguiram, em menor proporção, sua fatia no novo negócio. Estes profissionais que se instalavam nos trajetos de uma fazenda a outra, ou mesmo nas estradas para os portos e, que, eventualmente, se valiam de furtos para aumentarem seus



ganhos, passaram também a comprar volumes de produção dos fazendeiros e revendê-los nos portos.

Assim, alguns vendeiros lograram também de evoluir dentro do sistema. Entre uma ilicitude aqui e uma atitude perspicaz acolá, alguns deles também se tornaram credores de fazendeiros. Muitas vezes, cobrando juros altos pelas mercadorias vendidas, conseguiam o que todos em última instância desejavam: tornavam-se donos de terra, alcançando assim o *status* social de “iguais”. (FRANCO, 1997)

A astúcia fazia parte da vida diária desta classe. O esquema começava nas estradas que levavam aos portos, onde seus comparsas ou mesmo sócios no negócio praticavam roubos de toda natureza: sacas de café, gêneros alimentícios, arreios de cavalos, muares, etc. Que de imediato já eram transpassados para algumas vendas nas cidades e vilas próximas onde eram revendidos, geralmente aos mesmos que haviam sido abordados nas estradas.

De forma análoga ao caso dos tropeiros, os fazendeiros falidos também estavam fortemente atrelados a alguns vendeiros. Manter o *status* e a vida farta era questão de honra. E, para tanto, garantir gêneros alimentícios diversificados, além de bons arreios e animais de raça para montaria era fundamental para se manterem bem aparentados aos olhos dos humildes das vilas próximas. Ante o exposto, alguns fazendeiros, devido às suas altas dívidas, também chegaram a perder suas fazendas para os vendeiros.

A figura do vendeiro era muito malvista nas cidades, eram taxados de ladrões, gatunos e desonestos. Notoriamente, porque era de conhecimento geral que parte dessa gente revendia mercadorias roubadas, em alguns casos frutos de latrocínios. Os próprios fazendeiros, que muitas vezes acabavam recorrendo a eles, os tinham na mais baixa estima. Estavam cientes de que aqueles produtos ali comercializados poderiam ser frutos de sacas de café que lhes foram outrora roubadas e revendidas, sendo o dinheiro arrecadado utilizado para reabastecer o estoque das vendas.

Por aí se observa como o comportamento do vendeiro se orientava por um objetivo extremamente igual ao do tropeiro: enriquecer. [...] Dessa perspectiva, o vendeiro foi um produto do setor mercantil da sociedade em que viveu. Sua figura se completa quando o vemos integrado à vida comunitária e tão violento quanto sua freguesia.
(FRANCO, 1969, P. 83)

Auguste Saint-Hilaire, em no seu livro: A segunda Viagem a São Paulo se surpreende com o desejo incessante dos trabalhadores livres em ascenderem de classe social.



Descreveu ele, que ao perambular pelo interior paulista, muitas vezes sem informações precisas de caminhos para as vilas objetivadas nas suas rotas, quando parava nas vendas das estradas para indagar por informações, estas geralmente vinham exclusivamente em troca de dinheiro, ou então, precedidas de outra pergunta: Vai comprar alguma coisa?

O mundo do paulista pobre esteve impregnado dessa ambição e o pequeno comércio abriu-se como um caminho para realizá-la. (SAINT-HILAIRE, 1954, p.97)

Para além da sobrevivência, a necessidade que o trabalhador livre tinha de ser reconhecido socialmente geralmente conduzia seus relacionamentos. Frequentar a casa do fazendeiro, ser agraciado com o apadrinhamento de algum de seus filhos ou ver suas filhas casadas com os filhos dos senhores representava ascensão social, ser respeitado politicamente nas cidades, o grande objetivo deste homem; e, para tanto, se valiam de todos os meios possíveis para atingi-lo.

CONCLUSÕES FINAIS

Seja nas fazendas como tropeiros ou sitiantes, seja nas cidades ou trilhas como comerciantes, o homem livre sempre esteve habituado a atuar nas lacunas de um ciclo econômico restrito e quase inteiramente voltado a um único negócio. Todavia, desta realidade supressora de oportunidades, surgiram aqueles que souberam tirar proveito de um sistema econômico incompleto.

Neste trabalho pudemos demonstrar, dentre outras coisas, que jamais faltou mão-de-obra com volume potencial para ser utilizada nas fazendas. O trabalhador-livre não apenas estava presente, como seu número era suficientemente grande para substituir o braço escravo; sobretudo a partir de 1850, quando o preço do escravo se tornou proibitivo e grande parte dos produtores de café passaram a ter grandes dificuldades em repor seus planteis de cativos.

Apesar disso, devido em grande medida ao preconceito que sofriam, foram bem pouco utilizados no sistema agroexportador, mesmo sua mão-de-obra sendo mais barata e de fácil reposição. Forçando-os a buscar alternativas de sobrevivência ao redor deste sistema.

Neste contexto, o anseio deste elemento sempre foi o de igualdade social. Em outras palavras, procuramos demonstrar aqui que a ascensão social e a conseqüente equiparação social às classes mais altas era um desejo e um objetivo daqueles que conseguiam prosperar em meio a tantas adversidades.



A subserviência fazia parte da estratégia. Não que fosse planejada, mas era aceita sempre que oferecida. Senão porque, representava um ponto de aproximação e estreitamento de relações com o fazendeiro, que futuramente poderia render frutos, estabelecendo uma conexão clientelista interessante para os dois lados.

Sob outra perspectiva, o homem livre empreendedor e com intuição de negócio, representa uma faceta da realidade colonial que nos aponta para um lado distinto da historiografia clássica. O tropeiro que passou a atravessador de café, ou o comerciante de mercadorias das estradas e vilas, que passou a dono de terras, evidenciam a distância entre a teoria do “binômio colonial” proposta por Caio Prado Jr e corroborada por outros autores clássicos, com o efetivo contexto vivido pelo homem livre, que podia exercer uma gama razoavelmente diversificada de atividades, mesmo que à margem da agro exportação.

Por fim, é importante pontuar que a historiografia sobre o homem livre no meio agroexportador ainda está longe de ser concluída. Trata-se de um tema em aberto, que até o presente momento carece de mais pesquisas, o que se evidencia pela diversidade de conceituações a respeito deste indivíduo, suas atividades, posses e relações com os fazendeiros.

REFERÊNCIAS

BASSETO, Sylvia. *Política de mão-de-obra na economia cafeeira paulista*, FFLCH/USP (Tese, Doutorado)

BEIGUELMAN, Paula. *A Formação do Povo no Complexo Cafeeiro*, São Paulo: Edusp, 1968

BEIGUELMAN, Paula. *A Grande Imigração em São Paulo I*. In _____. Revista de Estudos Brasileiros, São Paulo: Edusp, 1968

BEIGUELMAN, Paula. *A Grande Imigração em São Paulo II*. In _____. Revista de Estudos Brasileiros, São Paulo: Edusp, 1968

CASTRO, Hebe. *Ao Sul da História*, Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 1987

COSTA, Iraci Del Nero da. *Arraia-Miúda*, São Paulo: MGSP Editores, 1992

FRANCA, Thiago. Novaes. *A Substituição da mão-de-obra escrava e a opção pela grande imigração no Estado de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Economia Política). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007.



XV Congresso Brasileiro de História
Econômica & 16a Conferência
Internacional de História de Empresas
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*, São Paulo: Editora Unesp, 1997

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987

GEBARA, Ademir. *O Mercado de Trabalho Livre no Brasil*, São Paulo: Editora Brasiliense, 1986

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*, São Paulo: Editora Ensaios, 2001

HOLLOWAY, Thomas. *Imigrantes para o café: Café e Sociedade em São Paulo*: São Paulo: Editora Paz e Terra, 1984

HOLLOWAY, Thomas. *Condições do Mercado de Trabalho e Organização do Trabalho nas plantações na Economia Cafeeira de São Paulo, 1815 – 1915*. In _____. Estudos Econômicos, Vol. 2, nº 6, São Paulo: Abril, 1972

KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e Vadiagem*, São Paulo: Editora Paz e Terra, 1987

LAMOUNIER, Maria Lucia. *Da Escravidão ao Trabalho Livre*, São Paulo: Editora Papyrus, 1988

PRADO Jr, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*, São Paulo: Editora Brasiliense, 1957

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à Província de São Paulo*, São Paulo: Editora Edusp, 1976